

TOURAINE, A. "Os movimentos sociais"

In: FORACHI, M. M.; MARTINS, J. S.

L. "Sociologia e Sociedade"
11.º tomo. Rio de Janeiro. LTC, 1977

FDRP - USP

DFB2003 - Sociologia do Direito

Prof. Marcio Henrique Pereira

Os movimentos sociais*

Alain Touraine

A. Quatro espécies de condutas coletivas

Não se deve tomar a sociedade pelo que ela é, pelas suas formas de organização e suas regras de funcionamento. O que aparece como quadro dos comportamentos sociais é, em realidade, o resultado sempre limitado, frágil e mal-integrado dos conflitos e das transações que se formam entre classes e forças sociais delas derivadas e que são os atores da historicidade de uma sociedade, atores que animam e interpretam o sistema da ação histórica de uma sociedade, isto é, seu campo social e cultural de desenvolvimento.

Se se entende por condutas sociais somente o jogo dos atores em um quadro institucional e organizacional dado, a noção de movimento social torna-se incompreensível, pois os movimentos sociais pertencem aos processos pelos quais uma sociedade produz sua organização a partir de seu sistema de ação histórica passando através dos conflitos de classes e das transações políticas.

Entendo, em princípio, por movimentos sociais a *ação conflitante de agentes das classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica*. Mas é difícil abstrair este tipo de conduta coletiva da realidade observável, na qual se misturam todos os níveis da análise. Pode-se falar de um movimento operário, definido por sua luta contra o capitalismo pelo controle do desenvolvimento industrial, sem levar em consideração o estudo do sistema institucional, isto é, em particular o grau e a forma de tratamento institucional dos conflitos do trabalho, ou sem considerar os efeitos das crises econômicas, da mobilidade profissional ou da organização das empresas?

Mas antes de estudar a interação de diversos tipos de condutas coletivas, deve-se primeiramente distinguir com clareza entre conflito das classes e resistência à autoridade ou pressão sobre o sistema institucional. Isto significa distinguir as espécies de condutas coletivas que correspondem ao sistema de ação histórica, ao sistema institucional e ao sistema organizacional. O essencial da análise será consagrado em seguida ao estudo dos movimentos sociais, condutas coletivas de historicidade. Finalmente será preciso considerar a projeção dos movimentos sociais no nível do sistema institucional e, sobretudo, da organização social, portanto a transformação do conflito social em luta contra o poder estabelecido.

(*) Alain Touraine, *Production de la société* (cap. VI: "Les mouvements sociaux", partes "A" e "B"), Éditions du Seuil, Paris, 1973, pp. 347-89. Tradução de Braz José de Araújo e Eduardo Macedo Mussi. Reproduzido com autorização do autor.

O mais necessário é aprender a reconhecer na prática as diversas espécies de condutas coletivas. De fato, muitas vezes se opõem interpretações globais: para uns o movimento estudantil se explica pela crise da universidade, a organização não está, portanto, ajustada ao conjunto da sociedade que requer a produção de novos quadros; para outros, é antes de tudo a rigidez burocrática de um sistema de decisão que se deve questionar, e que se denuncia acusando a burocracia ministerial e o corporativismo dos docentes; para outros, enfim, o movimento estudantil e o corporativismo de classes. Tais discussões, por mais sugestivas revele e anima um novo conflito de classes. Tais discussões, por mais sugestivas que sejam, não podem levar a nenhum resultado se não se define de início as características das condutas coletivas que manifestam seja um conflito de classe, seja um bloqueio institucional, seja uma crise organizacional. Ao ponto em que chegou a nossa análise, é possível operar tais distinções.

a) *As condutas de crise organizacional*

Os atores se situam primeiramente na organização social. Toda ação coletiva supõe a existência de um ator, outros atores portadores de interesses diferentes dos seus e de um campo social onde se colocam suas relações. Como se pode definir mais precisamente os elementos no nível organizacional?

— *Os membros de uma organização* que formulam reivindicações se definem a si próprios de duas maneiras, do interior e do exterior da organização.

De um lado, de fato, eles ocupam uma certa posição e consideram que dando uma certa contribuição devem receber uma retribuição justa, isto é, concedida no nível relativo de sua contribuição.

Por outro lado, a organização é apenas um meio social particular no qual o ator só parcialmente se empenha. Ele age, portanto, em função de seus outros papéis e do conjunto de seus interesses pessoais. O aumento dos preços não é produto de uma empresa ou de uma organização, mas suscita reivindicações e conflitos. A mobilidade social ou profissional cria situações nas quais o papel profissional é mais diretamente empenhado, mas que não se reduzem a ele, o que é uma outra forma importante da influência de fatores externos sobre as condutas organizacionais. Esta dualidade da posição do ator, que está ao mesmo tempo na organização e diante dela, está em oposição com a unidade de uma posição de classe, que define a identidade do ator de um movimento social.

— A reivindicação se dirige, ao contrário, a um interlocutor claramente definido, aquele que detém a *autoridade* e, ao lado desta, o poder. Mas se se limita a análise ao nível propriamente organizacional, o "chefe" aparece ao mesmo tempo como todo-poderoso e pouco senhor de suas decisões, porquanto ele é somente aquele que relaciona objetivos e meios em nome de normas, mas também de uma certa estratégia relativa a um meio que constrange a organização. De maneira que toda reivindicação está obrigada a se colocar no interior de limites definidos ao mesmo tempo por estas pressões e pela natureza do próprio poder. Daí a descon-tinuidade das reivindicações, e mais ainda, um vaivém constante entre um "realismo" muito limitativo e um extravasamento do quadro organizacional que pode conduzir até à formação de um movimento social.

— Enfim, o campo do conflito é a própria organização; a reivindicação é neste sentido sempre orientada, ao mesmo tempo, para a desorganização e para a reorganização. Ela desorganiza porque modifica o esquema prévio; mas visa a reorganização pois só tem força verdadeira quando protesta contra uma desorganização e uma crise. Aquele que é ameaçado de desemprego, de subemprego ou de

desqualificação, que protesta contra o arbitrário ou contra más condições de trabalho e de salário, ao mesmo tempo em que acusa a direção, quer salvar a organização em que trabalha e assim assegurar seu próprio futuro. O mineiro que enfrenta um trabalho penoso bate-se contra o fechamento da mina para afastar o desemprego.

Assim, a reivindicação organizacional é prisioneira da organização, apela mesmo aos interesses da organização contra os do poder que a dirige ou das forças exteriores que agem sobre ela.

Neste caso é difícil que se forme uma ação coletiva orientada na direção de uma transformação da ordem social. Uma tal ação só pode nascer se, além da crise da organização, o poder é questionado. Em compensação é freqüente que um movimento social provoque comportamentos de crise ou se apóie sobre eles. Uma crise econômica, a ameaça ou a realidade do desemprego provocam comportamentos coletivos que nem sempre estão associados a um questionamento do poder e que são diferentes de um movimento social, isto é, de um conflito de classes colocando em jogo o controle do sistema de ação histórica. O movimento estudantil na França, no decorrer dos anos recentes, foi fortemente associado a *condutas de crise*. É nas Faculdades de Letras, com recursos precários, com um ensino herdado da sociedade liberal, até mesmo de sociedades mais antigas, que ele se desenvolveu mais facilmente.

Se tomam forma isoladamente, esses tipos de condutas coletivas só podem ser orientados no sentido da reconstituição do sistema social atingido pela crise. É a eles — e não aos movimentos sociais — que se aplica a definição dada por N. Smelser em *Theory of Collective Behavior* (Free Press, 1963): "Uma mobilização não institucionalizada por uma ação cujo objetivo é de modificar um ou vários tipos de tensões sobre a base da reconstituição generalizada de uma componente da ação". O movimento é tanto mais importante, segundo este autor, se a crise atinge um componente da ação mais fundamental, ou seja por ordem de importância decrescente: os valores, as normas, a participação em organizações e o emprego dos recursos técnicos. A crise responde o esforço de reconstrução da sociedade, de restauração de seus princípios e de seu funcionamento. Procura-se reencontrar uma situação "normal", recuperar as posições perdidas, a integração da coletividade, as regras do jogo social, os princípios que animam a cultura. Às vezes, as condutas coletivas não visam o retorno a um equilíbrio anterior; elas podem se mostrar confiantes no futuro. É apenas uma crise, dizem alguns, e com pouco esforço da razão, um novo equilíbrio será encontrado, salvaguardando os valores essenciais e respondendo melhor às exigências do tempo presente que o sistema anterior, desgastado ou deformado por pressões exteriores que recebem a responsabilidade da crise.

Em todos os casos, considerada em si própria, a crise se manifesta pela explosão, os comportamentos anômicos, a desmoralização, o recuo, a apatia ou, ao contrário, a revolta contra uma organização ultrapassada, esclerosada, incapaz de responder às necessidades da sociedade moderna.

Estes três tipos de conduta: *restauração, anomia, modernização* têm em comum colocar o ator diretamente em face do sistema social, sem introduzir conflitos entre atores definidos por sua oposição.

O ator é definido no interior de uma organização; ele se refere às suas regras, a seus costumes, a suas necessidades. Ele questiona a injustiça, a incompetência, a irracionalidade. O próprio ator é fracamente definido, pois cada indivíduo pode

agir em função de vários grupos aos quais pertence e de vários papéis. A crise é vivida como um contra-senso, não como o resultado de uma ação adversa. As posições se elaboram como respostas "evidentes" à crise e, como a luz projetada sobre um espelho quebrado é devolvida em todas as direções, a imagem da ordem a restabelecer é muitas vezes incoerente e leva a apresentar simultaneamente afirmações ou objetivos contraditórios. A ação que se forma é mais de ruptura para a frente ou para trás do que de transformação. Ela se organiza, pois, dificilmente e é próprio das condutas de crise a sua descontinuidade, a sucessão rápida da excitação e da depressão, dos programas gerais e da indiferença apática.

Toda classe popular conduz uma ação defensiva ao mesmo tempo que contestadora. Mas pode acontecer que a ligação destas duas vertentes de seu movimento se rompa ou esteja ausente e que seja conduzida a uma ação puramente defensiva, que se torna, então, uma conduta de crise organizacional. Mas muitas ações coletivas são apressadamente colocadas nesta categoria. Uma coletividade rural atingida pela penetração do capitalismo mercantil é muitas vezes alcançada por um movimento *messiânico* ou outras formas de revolta. Aí não é suficiente ver uma reação de defesa de uma comunidade lutando contra sua desagregação. Muitas vezes, ao contrário, percebe-se ao mesmo tempo um esforço para se reapropriar da modernização e para lutar contra um adversário ainda distante e mal definido. O *messias* não é somente aquele que impõe a volta a uma situação antiga mais ou menos idealizada, mas antes quem tenta transformar em atores aqueles que sofrem a mudança. Trata-se assim de um movimento social e não de uma simples reação à desorganização social, de uma forma confusa de luta de classes e não de uma integração tradicionalista. O que distingue os dois tipos de condutas coletivas é a capacidade que só tem o movimento social de mobilizar um grupo ou uma coletividade por uma luta contra um adversário e pelo controle da mudança, enquanto que a reação a uma crise organizacional só pode ser dirigida para o interior de uma coletividade. Ela se torna, por isso, inteiramente heterônoma em sua ação política ou, ao contrário, dominada por uma vontade de "recuperação", de maior participação social, que é também heterônoma.

Esta dissociação *do interior e do exterior*, substituindo-se ao tema do conflito, é a marca da crise organizacional e da ausência de movimento social.

b) *As tensões institucionais*

O sistema institucional tem por produto decisões definindo o quadro de ação das organizações. Os atores são forças sociais tentando exercer uma certa influência sobre as decisões que se imporão a uma coletividade.

A ação de uma força social se define, pois, por quatro componentes fundamentais.

Em primeiro lugar, o *reconhecimento dos limites do campo de decisão*. Um sindicato negociando com os empregadores não pode ter como objetivo a supressão do capitalismo. Tal pode ser a orientação do movimento operário, mas existe institucionalização dos conflitos do trabalho somente na medida em que o movimento operário e a ação sindical não são inteiramente confundidos. Negociando, o sindicato não renuncia às orientações do movimento operário, mas ele só tem influência sobre as decisões porque sua ação de transformação social é indireta e limitada.

Em segundo lugar, uma força social — grupo de interesses ou de pressão — visa melhorar sua *posição relativa* em relação a outras forças sociais no sistema de influência.

Em terceiro lugar, cada força social elabora uma *estratégia complexa, pois seus interesses são pelo menos tão diferenciados como os problemas societários tratados pelo sistema político*. Um grupo de pressão é apenas uma força social fraca, tendo em vista que tem uma função única e chega a elaborar diferentemente uma estratégia complexa. Só pode agir através de manifestações momentâneas.

Se os atores do sistema institucional fossem todos grupos de pressão, este sistema se decomporia.

Em último lugar, a ação de uma força social é sempre orientada para uma *decisão a ser tomada*. O papel dos parlamentares é de votar leis, o de um conselho municipal — que é também um órgão de execução — de decidir o emprego dos recursos locais.

Uma negociação coletiva na empresa visa flexionar a utilização dos recursos e o exercício da autoridade.

Esta descrição da ação institucional é, entretanto, bastante limitada: ela só considera a zona de eficiência das instituições. Ora, todo sistema institucional é limitado, toda reivindicação não é negociada, todos os interesses sociais não são representados. Certas condutas coletivas são respostas ao *bloqueio* ou ao fechamento do sistema institucional. Na França, o Estado quase sempre se recusou a negociar os salários com as organizações sindicais. Nas universidades, países mais avançados economicamente não tinham, até uma data recente, quase nenhum sistema de representação estudantil. Na Igreja católica não existe quase nenhum sistema institucional reconhecido. Em todos estes casos a decisão e a autoridade são confundidas e a oposição tende a passar sem transição de reivindicações organizacionais a uma contestação direta da dominação social. Mas existem também movimentos de protesto que se opõem ao bloqueio e visam a uma abertura do sistema político: a imposição de valores e de normas, a recusa de negociar por parte de dirigentes autoritários ou burocráticos. Uma tal ação é reformadora; faz apelo a uma necessária modernização e muitas vezes insiste sobre os efeitos positivos para a integração social de conflito reconhecido e tratado; ao mesmo tempo ela questiona a herança do passado e os direitos adquiridos.

Quais são os traços distintivos de uma pressão sobre o sistema institucional? Deve-se necessariamente reencontrar aqui os atributos de uma força social. Um movimento de pressão aceita certos limites, solicita participar na tomada de decisão, define-se pela capacidade real de influência; sua ação é, portanto, dirigida para e contra a instituição. Operários fazem greve para obter o reconhecimento da ação sindical e para impor a abertura de negociações. O início do movimento estudantil em Nanterre, em 1967, foi marcado por uma greve que solicitava a participação dos estudantes na aplicação das reformas Fouchet, a fim de evitar para certas categorias de estudantes os efeitos considerados irritantes e injustos dessa reforma.

Uma tal pressão pode pretender o tratamento institucional de certas reivindicações. Pode também reagir ao bloqueio ou à decomposição do sistema institucional e, portanto, dar nascimento e potência a uma revolta antiinstitucional. É necessário distinguir nitidamente estes dois tipos de condutas. Os problemas internos da organização social e de seu funcionamento estão associados aos problemas, diferentes por natureza, do poder, isto é, da projeção sobre a organização social das relações de dominação; todavia, os problemas de funcionamento do sistema institucional expressos pelas palavras *rigidez, bloqueio, etc.*, não podem ser con-

fundidos com *hegemonia*, que manifestam a influência da dominação social sobre o sistema institucional.

A pressão institucional tem, muitas vezes, como ator os estratos inferiores ou os elementos ameaçados da classe superior. Querem igualdade, opõem-se ao açambarcamento das riquezas e do poder político pelos grandes proprietários. Sua ação é muito mais política do que social, pois não constituem a classe popular da sociedade considerada. Tal foi o caso dos pequenos proprietários rurais da Grécia dos séculos VI e VII, e em particular de Atenas, que se levantaram contra o poder dos proprietários de grandes domínios que os ameaçavam: reclamaram mais igualdade e apoiaram os tiranos em sua ação antiaristocrática. Há séculos atrás, a pequena burguesia, na Inglaterra ou na França, reivindicava, da mesma maneira, medidas contra a riqueza e pela instrução pública para igualar as oportunidades. No primeiro caso, estes pequenos proprietários não podem ser confundidos com os escravos, pois são cidadãos; no segundo, esta pequena burguesia, mais ainda, não pode ser confundida com a classe operária, onde se organiza o movimento social. Tais movimentos podem ser extremos no método de governo que preconizam ou que apóiam; não deixam de ser "moderados" no que se refere à sua ação sobre as relações de classes.

Não faltam ideólogos, sobretudo hoje, para negar a existência dos conflitos de classes e dos movimentos sociais e para ver neles apenas o efeito de bloqueios institucionais. Basta que o Estado e as empresas se tornem bons estrategistas, capazes de cálculo racional, sabendo a todo momento negociar as condições ótimas de adaptação a um meio em mudança, e as transações pragmáticas substituirão os afrontamentos dogmáticos.

Eu não oponho uma ideologia a uma outra. Afirmando somente que as condutas coletivas que respondem à disfunção do sistema institucional não são da mesma natureza, não têm os mesmos atributos que os movimentos sociais que questionam a dominação do sistema de ação histórica.

Nada mais arbitrário do que afirmar o sentido de um acontecimento histórico ou de uma associação voluntária. A análise comparativa deve se proteger contra tais ingenuidades. A rigidez do sistema institucional francês é certamente um elemento importante da situação que conduziu à explosão de maio de 1968. As universidades americanas não padeciam de uma rigidez e de um centralismo semelhantes. No entanto, elas conheceram um movimento estudantil que não está sem relações com aquele que viveram a França ou a Itália. Antes de recompor o acontecimento e o encadeamento de diversos problemas e condutas coletivas, é indispensável distingui-los analiticamente.

Tarefa tanto mais difícil e tanto mais necessária porque o sociólogo tende a se colocar no interior de um conjunto social, o mais das vezes sua própria sociedade; e se representa mais facilmente, como todos os atores sociais, os problemas "concretos" de seu funcionamento do que a referência às orientações culturais ou a uma dominação de classe, que só podem ser reconhecidas por um esforço de abstração.

1. Assim, a partir do isolamento legítimo das condutas organizacionais, passa-se facilmente à pretensão de só definir os atores sociais por sua posição na organização social, e mais concretamente na estratificação e na mobilidade sociais.

Os estratos mais baixos aparecem, então, ao mesmo tempo como conservadores e dependentes, até mesmo como passivos. Só debilmente participam na

criação dos valores e nas trocas sociais; não são inovadores; seu comportamento é rígido. Ao contrário, os estratos superiores têm mais condutas "eletivas", gastam uma maior parte de seus recursos em despesas outras que a subsistência, são mais capazes de acolher inovações que se incorporam melhor a um conjunto mais diversificado e mais flexível de condutas. Por outro lado, as categorias mais baixas são mais heterogêneas, menos capazes de ação coletiva e também mais sensíveis a um desejo de ascensão individual.

Este tipo de análise encontra, no entanto, tipos de condutas que penso dependam de outros níveis de funcionamento da sociedade: o sistema político e as relações de classe. Inventam-se, então, noções cujo papel é evitar esta mudança de perspectiva. Se se observa os protestos, diz-se que eles visam restabelecer a ordem social anterior e que resistem ao esforço dos estratos superiores para conduzir racionalmente e por etapas as mudanças necessárias, ou então que se trata de reações anômicas à crise, de formas simples de decomposição social.

A atitude sociológica que acabo rapidamente de descrever não é neutra. Ela é *conservadora*, pois parte da ordem estabelecida: "as coisas sendo o que elas são". Observa-se "empiricamente" as diferenças entre os estratos ou entre as categorias definidas por sua mobilidade, o que resulta em mostrar que aquelas que estão acima ou que querem aí chegar são efetivamente "superiores" àquelas que estão abaixo. Tudo que se afasta deste esquema é apenas desordem, resistência à mudança ou volta ao passado.

A forma extrema desta Sociologia conservadora é aquela que se situa do ponto de vista do Estado. Os detentores do poder têm a iniciativa; o povo é apenas uma massa inorgânica, instável, autoritária e que se divide entre a marginalidade, a fuga em contra-sociedades utópicas e o inconformismo intolerante.

2. Aqueles que se situam do ponto de vista do sistema político não constroem a mesma imagem das condutas sociais. São mais sensíveis à "racionalidade limitada" dos interesses e das estratégias, às transações e às negociações. Mas afirmam, como a Sociologia conservadora, que quanto mais se sobe na hierarquia social, aumentam mais a capacidade política, a complexidade das estratégias e das alianças, de modo que a mudança é obra dos mais influentes, enquanto o povo é mais rígido. Se se constata que transformações são provocadas pela ação das classes populares, esta Sociologia liberal responde de início que nada é menos certo. Certamente o povo intervém, mas de um lado não é a causa da mudança, que é apenas produto de um conflito formado no seio da elite dirigente, e, por outro lado, não pode orientá-la, contentando-se em ocupar provisoriamente o vazio do poder, e em aumentar ou a desordem ou a rigidez do sistema político, provocando reações que tornam a mudança mais difícil e mais custosa.

3. Finalmente, a Sociologia pode se instalar no nível da *historicidade* e, em particular, das *relações de classe*. Mas ela sempre corre o risco de apresentar os atores históricos, dos quais se ocupa, como coletividades reais. Daí a imagem de uma classe camponesa ou operária progressista, animada exclusivamente por uma vontade de liberdade e de igualdade, que se torna mais um traço cultural permanente do que a expressão de um movimento social contra a dominação e os privilégios. As observações da Sociologia conservadora e da Sociologia liberal, esta Sociologia progressista responde que, se o progresso não é sempre confundido com a liberdade, é porque ele é confiscado por traidores, maus pastores e maus conselheiros, defensores de antigos privilégios ou açambarcadores do interesse geral.

O que conduz a um apelo cada vez mais forte à virtude, à integração social, reforçando assim o peso do Estado e da ideologia dominante.

Estas deformações de uma análise que identifica um dos níveis da sociedade no conjunto de seu funcionamento, conduzem cada vez a Sociologia a tornar-se seja a auxiliar de uma ordem, fundada sobre princípios e tradições, seja de uma gestão elitista da mudança, seja da instauração de uma nova organização social e de novas relações de classes. O que leva a duas conclusões.

A primeira é que a análise sociológica nunca pode se identificar com a direção da sociedade e ainda menos com o Estado. Eis porque o poder, qualquer que seja, desconfia da Sociologia, porque esta critica em vez de justificar, distingue em vez de integrar. De bom grado se faz apelo a ela para combater o desvio, reforçar a socialização, eliminar os arcaísmos; ela é mais facilmente tolerada quando o próprio poder é pouco integrado, submetido a crises de mudança ou de adaptação. A Sociologia é melhor tratada nos sistemas políticos pluralistas do que nos "monopolistas"; ela é melhor defendida pelos movimentos sociais em formação, contestadores, do que por aqueles que se aproximam do poder: ela é mais ouvida pelas categorias com status instáveis ou pouco congruentes do que pelos extremos da escala social.

A segunda é que é preciso escolher entre a explosão da análise sociológica e sua independência. A explosão significa que sociologias de direita, do centro e de esquerda polemizam interminavelmente, o que pode lhes ensinar a se limitarem ao tipo de fenômenos sociais correspondentes a cada uma delas, mas correndo muito mais risco de aguçar as ideologias concorrentes. A independência, ao contrário, confunde-se com um esforço de integração da análise sociológica e este supõe ao mesmo tempo um princípio de unidade, quer dizer de hierarquização dos diversos níveis da análise, e um princípio de dissociação, isto é, de separação da sociedade como sistema de sistemas e da sociedade como coletividade historicamente e geograficamente definida e regida por um Estado.

Em vez, pois, de separar simplesmente os problemas do campo da historicidade, do sistema político e da organização social, é preciso, em primeiro lugar, reconhecer que os primeiros comandam os segundos e, através destes, os últimos. Atrás das categorias da prática social, atrás da ordem, da estratificação e do poder, é preciso reencontrar sempre, em última análise, as orientações de sistemas de ação histórica e as relações de classes. Do consumo da sociedade é preciso chegar à produção da sociedade, passando por sua adaptação às mudanças.

Mas esta operação só tem sentido se se reconhece que o conjunto assim constituído não pode ser identificado com uma coletividade territorial e política diretamente observável como campo de ação de um Estado. Ao oposto da Sociologia pode e deve existir uma ciência política que parta do Estado, de seu poder, de seu papel nas relações internacionais, que considere em seguida a organização social, representada como um conjunto de recursos hierarquizados e repartidos pelo poder, antes de estudar os intercâmbios políticos e, finalmente, resíduo último, os sentimentos coletivos e as condições coletivas de existência. No momento de abordar o estudo dos movimentos sociais, nada é mais indispensável do que lembrar que este tema resulta diretamente de uma análise propriamente sociológica e não pode ser confundido com o tema de funcionamento do Estado, das crises políticas ou mesmo da luta pelo "poder".

c) *Os protestos modernizadores*

Às reivindicações organizacionais, às tensões institucionais e aos movimentos sociais é preciso acrescentar os protestos modernizadores. É a propósito da mudança social que deve ser introduzida e discutida a noção de modernização. Mas deve intervir também no interior de um tipo societário pois, se uns movimentos tendem a passar do presente ao futuro em nome da modernização, outros se definem pela luta em nome do presente contra o passado. Tal protesto se volta em realidade contra a ausência de historicidade. Se a classe dominante e a classe dominada têm mais peso do que a classe dirigente e a classe contestadora, se a manutenção do passado e sua reprodução levam a melhor sobre um compromisso com um futuro do funcionamento, uma sociedade está "desorientada". Ela é estorvada pelas obras mortas dos antigos sistemas de ação histórica, enquanto domínios novos, carregados, portanto, de historicidade, são mantidos fora do campo da ação social. O morto invade o vivo, o que provoca uma reação ao mesmo tempo elementar e ambígua. Elementar, porque é um apelo ao que é mais fundamental, um protesto contra a decadência, a perda de historicidade. Ambíguo, porque está acima das relações de classe e porque sua oposição às formas antigas da dominação pode ser conduzida tanto por uma nova classe dirigente como por uma força de oposição.

Formas de controle social e cultural tornam-se por um momento destituídas de sentido. O aparelho administrativo na França, por exemplo, permanece dominado pelo modelo cultural estatal. A menor diligência burocrática toma ares de suplício ao príncipe; os cidadãos são mantidos afastados de tudo que toca ao Estado. Os protestos contra a arrogância do Estado não são separáveis daqueles que denunciam sua ineficiência, sua incapacidade de assegurar os "serviços" que monopoliza. São liberais, o que significa que querem se desembaraçar de formas antigas de autoridade, mas em proveito tanto de um poder e de uma nova classe dirigente como das classes populares.

Este tipo de protesto é mais freqüente na ordem cultural do que na ordem social. A Europa, do Oeste como do Leste, não é um conjunto de sociedades culturalmente arcaicas? O arcaísmo é mais visível no Leste, que tem muitas vezes o aspecto de um conservatório das formas de expressão, de relação e de comunicação do século passado. Mas, no Oeste, é também grande, embora às vezes menos embaraçante. Daí a importância dos ataques que atingem as formas de controle da vida privada: a família, a igreja, a escola. Os principais centros de socialização são objeto de ataques dirigidos antes de tudo contra sua perda de sentido.

Eu não penso que a condição das mulheres e as discriminações que elas sofrem possam ser explicadas pelas necessidades da dominação de classe em nosso tipo de sociedade, industrial ou pós-industrial. A dependência da mulher vem evidentemente de mais longe, mas qualquer que seja sua origem, sobre a qual S. Moscovici acaba de lançar novas luzes (*La société contre nature*), a condição feminina aparece hoje sempre como um contra-senso: nossa sociedade é incapaz de explicar a definição que ela dá dos papéis masculino e feminino ou de dizer porque ela resiste ao controle da natalidade, enquanto aceita o controle da doença e, portanto, até um ponto importante, da morte.

O movimento que se forma contra a submissão das mulheres fala justamente de luta pela liberação ou pela igualdade. Não é a definição de uma ação modernizante que permanece indeterminada quanto a seu sentido na sociedade presente? O sucesso de um tal movimento, fazendo entrar novos e vastos domínios na "vida

pública", estendendo a área de controle social organizado, pode ser útil à nova classe dirigente, por exemplo abrindo novos mercados ou suscitando uma nova "moralidade", capaz de lutar eficientemente contra os elementos subversivos introduzidos na luta libertadora, mas também pode ajudar à formação de novos movimentos sociais populares dirigidos contra este avanço nas forças conservadoras modernizadas.

Tais protestos são, sobretudo, importantes no momento em que se introduz um novo tipo de sociedade. A nova classe dirigente está, então, muitas vezes mais ocupada em lutas contra o passado do que contra seu novo adversário. É mais fácil identificar esses movimentos de modernização cultural do que aqueles que fazem alusão à historicidade contra o peso excessivo da institucionalização ou dos problemas organizacionais.

Freqüentemente eles necessitam aludir a um passado mais ou menos mítico para protestar contra a redução da sociedade ao seu funcionamento. Nova direita, nova esquerda: estas expressões dizem respeito menos a uma modernização socialmente indeterminada, do que a um "fundamentalismo" cuja ambigüidade é tão grande que pode conduzir, às vezes, os seus mais ardorosos representantes a alianças com aqueles que parecem estar o mais distante deles. Como é possível esquecer-se, na França, do papel de um catolicismo não liberal, como o de Bernanos ou de Mauriac, e que se engajou na luta contra o fascismo espanhol?

A constante fraqueza e a freqüente grandeza desses movimentos provêm de serem eles bastante indeterminados socialmente. Também aqueles que só querem ver nos movimentos sociais uma disputa de interesse ou, mesmo, uma luta pela direção do aparelho de Estado, são os primeiros a denunciar seu "infantilismo" e confusão. Mas eles têm também uma repercussão excepcional, pois, se não são movimentos sociais que animam um conflito, sensibilizam ao menos aqueles que rejeitam o transmitido e querem dar sentido ao que perderam ou que ainda não tiveram.

B. Natureza dos movimentos sociais

a) Identidade, oposição e totalidade

A primeira tentação é de dizer que um movimento social se distingue de outros tipos de condutas coletivas, porque é orientado para valores, para uma concepção da sociedade e do homem. Não é verdade que, seja de conteúdo religioso, político ou econômico, ele se vale de princípios: a igualdade, a justiça, a liberdade, a felicidade?

A análise de Smelser permite afastar este erro de julgamento. Recorrer a valores corresponde a uma crise do sistema de valores da organização social e não obriga absolutamente a introduzir o conceito de movimento social, tal qual utilizado aqui. Ao contrário, o característico de um movimento social é de não ser orientado na direção de valores conscientemente expressos. Dado que ele se situa no nível do sistema da ação histórica, ele se define pelo confronto de interesses opostos para controlar forças de desenvolvimento e do campo de experiência histórica de uma sociedade. Um movimento social não é a expressão de uma intenção ou de uma concepção do mundo. Não é possível falar de um movimento social se não se pode, ao mesmo tempo, definir o contramovimento ao qual ele se opõe. O movimento operário só é um movimento social se, além das reivindicações contra as

crises da organização social e das pressões para a negociação, ele coloca em causa a dominação da classe dirigente.

Pouco importa que esse questionamento seja reformista ou revolucionário, que seja ou não acompanhado de uma confiança na capacidade do sistema institucional em tratar o conflito. O importante é que o ator não se define mais em relação a normas de funcionamento ou a procedimentos de discussão e de decisão, mas em relação a um conflito social geral. Este conflito não opõe diretamente grupos sociais concretos; ele questiona o controle do desenvolvimento social, tal qual ele é definido por um modelo cultural e pelos outros elementos do sistema de ação histórica.

O conflito tem um jogo e se coloca em um campo. *Os adversários falam sempre a mesma linguagem*, sem o que não poderiam debater-se nem se combater.

Em uma sociedade definida pelo papel da inovação científica e tecnológica, por organizações que dirigem a mudança, por uma hierarquia social fundada sobre o conhecimento e pela procura da privatização na ordem do consumo, não pode existir movimento social orientado para um outro tipo de historicidade. Da mesma forma no século XIX o movimento liberal, orientado pelos capitalistas, e o movimento operário não opõem de maneira alguma dois tipos de sociedade inteiramente diferentes, mas *duas versões conflituosas, opostas*, do progresso. Fala-se, freqüentemente hoje em dia, da hostilidade da juventude e do movimento estudantil em particular para com a sociedade de consumo. Nada é mais falso do que isto. O conflito é entre o mundo dos objetos e o mundo do prazer, da expressão e da imaginação, duas versões opostas do consumo. Tecnocratas e contestatários falam igualmente da criatividade, da mudança, do papel central do conhecimento, mas cada um considera que o adversário se apropria das orientações fundamentais do sistema de ação histórica e as destrói.

Eis porque defino um movimento social como a combinação de um princípio de identidade, de um princípio de oposição e de um princípio de totalidade e, considerado mais amplamente, como um ator de um campo de ação histórica.

1. *O princípio de identidade* é a definição do ator por ele mesmo. Um movimento social só pode se organizar se esta definição é consciente; mas a formação do movimento precede amplamente esta consciência. *É o conflito que constitui e organiza o ator*. É normal que o ator se defina, inicialmente, em termos organizacionais ou institucionais. Fala-se mais facilmente dos pobres, isto é, de um *status* sócio-econômico, ou dos dependentes, isto é, dos que não têm acesso ao sistema institucional e político, e que não são representados, do que da classe operária.

É a prática das relações sociais que situa e define o ator histórico, o movimento social, da mesma forma que é o campo de decisão que define o ator político. Portanto, o ator do movimento social nunca é dado pela observação imediata. A classe operária não é o conjunto dos operários. Mas não é, tampouco, o conjunto dos operários enquanto submetidos ao domínio dos capitalistas, pois esta definição pode também convir à identificação de um ator político ou organizacional. A classe operária é o ator de um movimento social somente porque ela visa, em conflito com a classe capitalista, ao controle do sistema de ação histórica industrial. A consciência de identidade faz parte da definição de uma classe ou de uma força social de classe, pois as classes só podem ser definidas em termos de relações sociais, portanto das orientações de cada um dos adversários sociais.

Na prática das relações sociais, o princípio de identidade se apresenta como uma superação do grupo ou da categoria que é o portador deste princípio. Os operários de uma usina, de uma oficina ou de uma cidade se consideram, em certas circunstâncias, como engajados numa luta que ultrapassa o quadro no qual ela aparece, que mobiliza reivindicações que não podem ser inteiramente satisfeitas num quadro organizacional ou político. Eles têm consciência de serem mais do que eles próprios, ao mesmo tempo porque se chocam com um adversário que se apóia em forças superiores e porque têm objetivos que não lhes são próprios. Os observadores das greves distinguem, freqüentemente, as greves instrumentais, definidas por seus objetivos precisos, e as greves expressivas, através das quais o grupo afirma ou constrói sua solidariedade. É esta expressão de si que faz aparecer o princípio de identidade. Se emprego esta expressão, não é, portanto, para fazer crer que um movimento social parte da consciência dele mesmo, de seus interesses e de seus objetivos, antes de entrar em luta com o adversário num campo de batalha determinado pelas circunstâncias. A identidade do ator não pode ser definida independentemente do conflito real com o adversário e do reconhecimento do objetivo da luta.

2. Da mesma forma, deve-se definir o *princípio de oposição*. Um movimento só se organiza se ele pode identificar seu adversário, mas sua ação não pressupõe esta identificação. O conflito faz surgir o adversário, forma a consciência dos atores presentes.

Mesmo se o conflito é limitado por seu objetivo imediato e pelas forças que mobiliza, só se pode falar de princípio de oposição se o ator se sente confrontado com uma força social geral num combate que coloca em causa *orientações gerais da vida social*.

A dimensão do conflito é fundamental em todo movimento social. Este conflito pode ser parcialmente tratado no nível institucional, nunca completamente. Pode-se recorrer a um árbitro, a um mediador ou a tribunais. Mas trata-se de uma tática, justificada pela vontade de utilizar os meios legais tanto quanto a força para se defender contra o adversário ou o atacar, e não da convicção de que uma mudança na distribuição da influência pode fazer desaparecer a causa do conflito. Eis porque este conflito, qualquer que seja o lugar particular no qual ele apareça, é sempre vivido pelo movimento social como um conflito de classes. Afirmção que não pode ser reduzida à idéia de que todo movimento social luta por interesses econômicos.

Se é verdade que sempre existem tais interesses em jogo, um movimento social só existe quando o conflito se coloca no nível do *modelo cultural*, que é central na sociedade considerada.

Num tipo de sociedade — agrária, mercantil, industrial ou pós-industrial — existe somente um par de movimentos sociais, o que opõe as classes sociais em presença.

Mas os movimentos sociais concretos não são sempre "totais", sobretudo nos períodos de formação ou de declínio de um tipo societal.

O agente do movimento social pode, assim, não ser definível diretamente em termos de classes. Os movimentos estudantis revelam, estou convencido disto, os conflitos sociais de uma sociedade pós-industrial, mas ninguém defende a idéia de que os estudantes são uma classe social. Um movimento de cidadãos, de consumidores, um movimento regional ou cultural podem ser manifestações de um

movimento social. Mas seus agentes não são atores de classe, na medida em que o movimento social está misturado com reivindicações organizacionais, com pressões políticas ou com um protesto modernizador.

3. Enfim, não existe movimento social que se defina unicamente pelo conflito. Todos possuem o que denomino *um princípio de totalidade*. O movimento operário só existiu porque ele não considerou a industrialização somente como um instrumento do lucro capitalista, mas quis construir uma sociedade industrial não-capitalista, anticapitalista, livre da apropriação privada dos meios de produção e capaz de um desenvolvimento superior.

O princípio de totalidade nada mais é que o *sistema de ação histórica* cujos adversários, situados na dupla dialética das classes sociais, disputam entre si a dominação.

O movimento social, portanto, não é necessariamente global. O conflito pode se engajar a propósito de um só dos elementos do sistema de ação histórica. Ele tem caracteres diferentes na medida em que seu local é a ordem ou o movimento, as orientações ou os recursos, o social ou o cultural. Mas, mesmo se é localizado, o movimento social não deixa de recorrer a um princípio de totalidade. O que se expressa por um esforço de controlar e orientar os agentes sociais cuja função é assegurar a existência de um dos elementos do sistema de ação histórica.

Os movimentos sociais mais importantes são, entretanto, também os mais globais e é difícil pensar que um movimento possa permanecer, de maneira durável, circunscrito a um dos elementos da historicidade, pois neste caso ele corre o risco de se confundir com condutas coletivas analisáveis no nível institucional ou no nível organizacional. Os movimentos sociais importantes questionam a orientação geral do sistema de ação histórica, isto é, a ação de conjunto de seu adversário.

Acontece freqüentemente que alguns "ultras" negam todo princípio de totalidade. Este comportamento corresponde a fases de *ruptura*, quando um movimento social nascente se choca, não com um adversário, mas com a identificação do adversário com o desenvolvimento social.

Neste momento o operário quebra as máquinas, sabota a produção, o estudante rejeita o ensino. Se se isolam estes comportamentos, eles podem ser explicados sem se recorrer ao conceito de movimento social. A crise universitária ou industrial pode chegar até ao contra-senso. O operário ou o estudante reduzidos ao desemprego real ou virtual podem rejeitar a "sociedade". Mas eles pertencem a movimentos sociais na medida em que são apenas expressões extremas destes, em situações bastante particulares. Os movimentos sociais lutam contra tendências que os destroem, reduzindo-os à expressão de uma crise da organização social. Destruir a indústria ou a universidade é destruir também o movimento social que aí se forma. A sabotagem ou os atentados são formas indiferenciadas de condutas de oposição; eles podem, portanto, ser analisados no nível mais elementar: o da crise da organização social.

Um movimento social não pode ser analisado fora do campo de historicidade no qual ele se forma. Pode-se dizer, em geral, que ele opõe classes ou forças sociais que são, em última análise, forças de classe para o controle de um sistema de ação histórica. Mas é o conhecimento deste que permite definir a natureza do ator de classe, o campo do conflito e seu objetivo. Daí o perigo do anacronismo: procurando no passado pré-industrial o equivalente do movimento operário, corre-se o risco de não reconhecer os movimentos sociais característicos das sociedades pré-

industriais, dos quais nem os atores, nem os objetivos, nem as formas de ação são iguais aos do movimento operário. Da mesma maneira a referência ao movimento operário pode impedir a compreensão dos movimentos sociais que se formam nas sociedades pós-industriais e que colocam em causa a sociedade de consumo em nome das mais diversas formas de autogestão cultural. Não se trata novamente de utopias ou de resistências à mudança? Certamente não, pois o novo sistema de ação histórica impõe uma nova definição do princípio de totalidade dos movimentos sociais.

O próprio movimento operário não pode ser reduzido a um conflito de interesses econômicos ou a uma reação contra a proletarianização. Ele é animado por uma imagem da "civilização" industrial, pela idéia de um progresso das forças de produção utilizado para o bem de todos, o que é bem diferente da utopia igualitarista simples, pouco preocupada com as condições do crescimento.

Deve-se concluir que um movimento social propõe necessariamente um "contraplano", um modelo alternativo de sociedade? Absolutamente. Esta afirmação confunde, com efeito, dois níveis da análise, pois um plano ou um modelo de decisão só pode ser definido no nível do sistema institucional ou mesmo da organização social. Só se fala de contraplano se se tem em vista uma negociação ou uma pressão política, se se crê possível modificar a gestão da sociedade abrindo uma discussão política, institucionalizando o debate societal. Isto corresponde à situação de certos movimentos sociais, mas não de todos. Um movimento social pode ser reformista, reformista-revolucionário ou revolucionário. Isto depende das relações que se estabelecem entre os problemas da organização social, do sistema institucional e das relações de classes. Mas estas diferenças não podem intervir na definição do que é um movimento social.

O essencial é reconhecer que um movimento social não é a expressão de uma *contradição: ele faz explodir um conflito*. É uma conduta coletiva orientada, não no sentido dos valores da organização social ou no sentido da participação em um sistema de decisão, mas no sentido do que está em jogo nos conflitos de classes, isto é, do sistema de ação histórica.

Para reconhecer um movimento social não basta colocar ao ator três questões: para quem você age? contra quem você age? com que objetivo você age? Qualquer ator, em qualquer situação, pode responder a estas questões. Só existe movimento social se o sistema de ação histórica e, portanto, cada um de seus elementos, é objeto de *visões opostas de atores de classes antagônicas*. A relação da classe popular com a *T* (totalidade) passa pela contestação da dominação exercida pela classe superior. *I* (identidade), *O* (oposição) e *T* não podem ser dadas como componentes que poderiam ser isolados pelo próprio ator: o princípio de identidade é o instrumento de separação de *O* e de *T*, que se apresentam ligadas em razão da influência da classe superior sobre a historicidade. *O* só pode ser compreendida como mediadora da ligação entre *I* e *T*, o princípio de totalidade, o jogo, só aparece como tal pelo desconhecimento do conflito entre o ator e seu adversário, sem o que só seria um objetivo, isto é, seja a projeção de *I*, seja, ao contrário, um campo de encontro tão neutro quanto um campo de esporte.

O característico de um movimento social é que cada um de seus elementos remete às relações entre os dois outros. Da mesma forma, nunca está em um estado de neutralidade afetiva ou de simples análise de sua situação. Nunca está em repouso; é enviado sem cessar de um de seus componentes ao outro, de uma de suas vertentes à outra. Sua consciência não pode ter outro conteúdo senão o deste

movimento sem fim, desta inquietude e desta paixão que o opõe mais completamente ao ator de uma organização, a qual se define por sua situação em um conjunto e recebe do sistema social sua identidade.

Os atores de um movimento social não formam um meio social que possa ser definido por opções comuns, uma identidade social, pessoal e coletiva. Um movimento social está, ao contrário, constantemente ocupado em questionar de novo a definição social dos papéis, o funcionamento do jogo político, a ordem social. A sua unidade não pode nunca ser a de uma organização, pois ela é o que une a *esperança* e a *recusa*, a negação e a afirmação. É no nível do sistema de ação histórica que se situa o movimento social.

É falso opor o movimento social, protesto elementar, limitado, prisioneiro dos quadros da sociedade, a uma ação política que lhe daria um alcance mais vasto e lhe permitiria questionar a dominação de classe e o Estado. O movimento social não pode ser reduzido ao economismo e às reivindicações. A situação de trabalho dos operários lhes dá uma consciência de classe que pode ser desarticulada, encoberta, diluída, mas que não é nunca redutível às reivindicações imediatas ou à insatisfação. Veremos mais adiante as insuficiências de uma representação espontaneísta; é muito mais importante rejeitar a idéia segundo a qual a consciência de classe só pode ser trazida do exterior. Não confundamos a consciência e a ação, a sociedade e o Estado.

Tais confusões conduzem a identificar um movimento social com a sua organização ou com seus dirigentes. Este perigo, o mais grave que ameaça a prática dos movimentos sociais, deve ser combatido também ao nível da análise. A origem do stalinismo está na hostilidade sem nuances, oposta aos proudhonianos e aos populistas e na confiança concedida ao Partido portador da verdade científica. É assim que o movimento operário encontrou o seu contrário, um Estado totalitário. O movimento operário se define primeiramente pela *consciência operária*, isto é, pela consciência do conflito dos capitalistas e dos assalariados pela orientação da sociedade industrial.

Consciência, é exatamente o que digo. Se é necessário não reduzi-la à opinião, é mais importante ainda não dissociar ação e consciência. Se o soldado de Waterloo pode não perceber o jogo da batalha, é porque se trata de um acontecimento e de uma luta mais intersocial do que social. Mas o colonizado que se revolta, ou o militante operário, mesmo se se mobilizam pedindo somente pão ou porque se irritam perante o insulto, têm uma representação do conflito no qual estão envolvidos e têm um projeto de sociedade. Estes atores históricos, combatentes dos movimentos sociais, têm uma dupla vontade de *criação* e de *controle* ou, o que dá no mesmo, uma utopia e uma ideologia. Eles querem dirigir a sua sociedade e combater o adversário que os impedem de fazê-lo. Se se coloca do ponto de vista da ordem estabelecida, pode-se estudar as condutas sociais "de fora" como respostas a uma crise da organização, sem se interrogar sobre a consciência dos atores. Se, ao contrário, se encontra, além daquilo que se dá pela ordem, ao mesmo tempo as orientações de um sistema de ação histórica e os conflitos de classe, se se faz aparecer além dos papéis e dos estatutos das relações sociais, é impossível não reencontrar as orientações sociais e culturais nos atores do campo de historicidade. Mas, essa consciência não é o discurso do ator; ela é inseparável da ação desenvolvida nas relações sociais por um jogo que é histórico. É por isto que transcende as opiniões individuais e se manifesta através de uma consciência coletiva, que se

atribui expressões ideológicas e utópicas, das quais se reconhece a existência por sua força mobilizadora por um certo tipo de ação coletiva.

Não se trata aqui de dizer que o homem quer, por natureza, criar e controlar o produto de sua criação, pois tal afirmação é tão vazia de conteúdo quanto todas aquelas que procuram definir uma natureza humana, mas de afirmar que as condutas ligadas às relações de classes e à participação no sistema de ação histórica só podem ser compreendidas como sendo orientadas, tendo um sentido para o próprio ator, enquanto ele age neste nível da realidade social. O ator não é trabalhado por uma estrutura social e esta também não é o resultado das intenções do ator. Estrutura e ação não podem ser dissociadas, pois é em termos de relações sociais que devem ser expressas.

Esta idéia geral convém à análise do movimento social em si mesmo: relações de classes e movimentos sociais não são separáveis. Mas não a apliquemos muito grosseiramente ao estudo das condutas reais. Um movimento social nunca é "puro". De um lado, porque ele se mistura às condutas organizacionais e institucionais; de outro lado, porque é também uma organização e às vezes quase um Estado dentro do Estado. A vinculação a um movimento de classe não é inteiramente descrita pela consciência de classe. Quando se considera um movimento de protesto ao mesmo tempo complexo e organizado, transparece um desnível entre a consciência e a ação; freqüentemente o observador encontra, de um lado, os dirigentes que geram a organização do movimento, definem sua estratégia e sua tática ao mesmo tempo em que participam em suas orientações; do outro lado, uma "base", muito mais diretamente submetida às exigências organizacionais, que quer obter vantagens limitadas, como um aumento de salário, fornecimento de víveres ou a anulação de uma sanção, que procura também aumentar sua influência, discutir com os representantes da autoridade, que é finalmente assaltada pelos problemas que nascem da sua própria heterogeneidade e que criam tensões ou conflitos no grupo.

É grande a tentação de renunciar a uma análise, em termos de movimento social, que parece "idealista", de analisar a política dos dirigentes e o descontentamento da base. Não basta resistir a ela. É necessário mostrar que a hipótese do movimento social é indispensável para compreender a ligação destas duas faces do protesto. E, primeiramente, ouvir esta base, que não pode nunca ser reduzida aos seus objetivos pragmáticos imediatos, que possui a consciência do conflito social e de seu jogo, mas cuja consciência está envolvida com atitudes que evocam outros aspectos da situação social de cada um. É a ação dos dirigentes que isola esta consciência dos sedimentos onde ela se refugia e é constantemente abatida no meio de outros elementos. Mas é ela que permite separar na ação dos dirigentes o que é movimento social do que é estratégia. Isto define também a importância dos *militantes*. Não porque sejam a expressão pura do movimento social, libertos ao mesmo tempo da confusão das "massas inorgânicas" e dos objetivos excessivamente estratégicos dos dirigentes, mas porque são *mediadores entre a consciência e a ação*, às vezes mais próximos da base, às vezes já dirigentes, mas quase sempre submetidos a vivas tensões e através delas levados a uma análise sociológica dos problemas do movimento social.

b) O campo de ação histórica

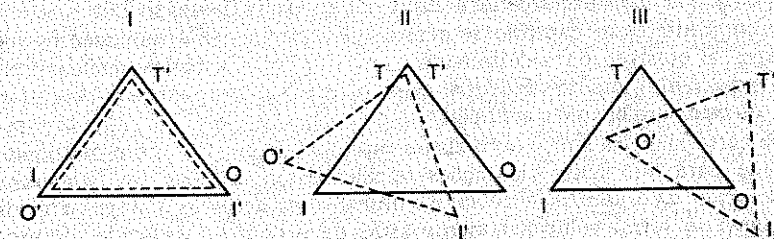
Um movimento social não pode constituir uma unidade autônoma de análise. Um partido, um sindicato, uma associação voluntária de qualquer tipo nunca

podem ser identificados com um movimento social, pois podem manifestar as reações a uma crise organizacional ou às tensões do sistema institucional.

O movimento social só é indistinguível como elemento de um *campo de ação histórica*, isto é, das interações entre o ator coletivo considerado, seu adversário e as expressões relativamente autônomas do sistema de ação histórica e, em particular, do modelo cultural.

O movimento operário não é somente definição dele próprio, do patronato e do jogo das relações de classes; é também uma resposta à ação patronal, ao movimento social patronal, cujo fim não corresponde necessariamente termo a termo ao do movimento operário.

A relação entre os dois movimentos sociais pode tomar as mais diversas formas; mas estas sempre se ligam mais ou menos diretamente a um dos três casos seguintes:



No primeiro caso, os dois movimentos sociais se correspondem termo a termo. O capitalista e o proletário se definem e definem seu adversário da mesma maneira, ao mesmo tempo que colocam seu conflito no mesmo campo.

No segundo caso, a definição do campo permanece comum, por exemplo o "progresso" ligado à industrialização, mas os adversários não estão mais em reciprocidade de perspectiva. O tema da *dupla dialética das classes* aplica-se facilmente aqui. O operário se define como produtor e ataca a classe dominante; o capitalista se define como empresário e percebe o operário como o defensor de interesses adquiridos, de uma profissão, de um emprego, de um grupo profissional e social.

No último caso, enfim, os dois adversários não se referem mais à mesma definição do campo. Neste caso, pode-se duvidar então que se formem verdadeiros movimentos sociais. Não se trata muito mais de um conflito simples entre dois atores que se opõem globalmente como duas sociedades procurando se separar uma da outra? Mais precisamente um dos atores se coloca em ruptura com a ordem social dominante, o que não permite mais falar da relação entre dois movimentos sociais. Quando os Black Muslims ou, mais geralmente, os movimentos nacionalistas negros nos Estados Unidos, manifestam sua vontade de ruptura com a América branca, não se pode mais falar da relação entre um movimento negro e um movimento branco, mas somente de uma cisão. Ao contrário, o integrismo branco e o radicalismo dos Black Panthers se opõem ao menos em parte dentro do mesmo campo, o que ilustra o tipo II.

Quanto mais se aproxima do tipo I, mais a *institucionalização* do conflito aparece como provável; ao contrário, quanto mais se aproxima do tipo III, mais o conflito é *violento*, isto é, faz explodir os mecanismos institucionais.

É provável, também, que quanto mais os movimentos sociais são "puros", isto é, quanto mais eles são independentes das reações às crises organizacionais ou institucionais, mais se aproximam facilmente do tipo I, e portanto, são mais facilmente institucionalizáveis.

Certamente, um movimento social só pode existir se aparece uma certa integração dos elementos *I*, *O* e *T* e também uma certa integração do campo de ação histórica, mas só pode se manter como força conflituosa, como agente de transformação social, se esta integração é limitada. Se um movimento é perfeitamente consciente e organizado e se encontra um adversário igualmente consciente e organizado, a negociação e a transação se introduzem mais facilmente do que quando não existe completa reciprocidade de perspectiva entre os atores. O vigor de um movimento depende da não-correspondência entre suas ações e reações, entre seu fim e o de seu adversário, ausência de correspondência que enfraquece sua "consciência" e sua organização, mas reforça seu dinamismo e permite aos conflitos corresponderem mais diretamente à dupla dialética das classes sociais.

O conjunto deste capítulo se refere constantemente a movimentos sociais populares. É possível, para definir um campo de ação histórica, colocar frente a frente *movimentos sociais de classe popular* e *movimentos sociais de classe superior*, ou este paralelismo é artificial?

De certa maneira sim, pois a classe superior administra muito diretamente a sociedade para que suas orientações se manifestem através das *categorias da prática social*, da organização social e cultural como decisões políticas e jurídicas. Esta classe se retrai voluntariamente atrás da ordem estabelecida, de modo a rejeitar os ataques dirigidos contra ela e a se indignar com os provocadores de desordem que atacam a produção, as leis e os costumes.

Mas isto supõe uma dominação completa, caso limite ao qual não se reduzem manifestamente todas as situações observáveis.

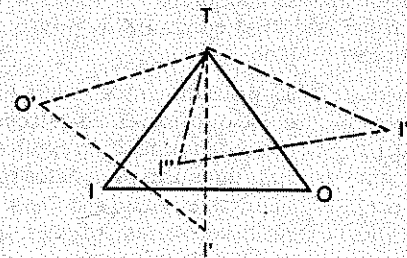
A classe superior tanto mais produz um movimento social quanto menos ela estiver unificada e quanto mais uma classe dirigente ascendente se oponha à dominação das antigas classes superiores. Este movimento se apresenta sobretudo como *doutrinal*. A elite dirigente se opõe ao que freia sua ação: classe popular, antiga classe dominante, sistema político, tradições culturais, organização do Estado. Ela dissocia constantemente seu modernismo das relações de classes que muda sobre seu próprio poder. Mas este silêncio não é indiferença; a classe superior age com muita constância e clareza para defender seu controle da acumulação e para substituir o sistema de ação histórica pelo conjunto dos contra-elementos que correspondem a seus interesses de classe. A dificuldade que se encontra para definir tal movimento é a inversa daquela que se opõe ao conhecimento dos movimentos populares. Estes aparecem sobretudo "práticos" e a tentação é de apenas aí ver uma defesa econômica, esquecendo as orientações da consciência popular. Os movimentos da classe superior se apresentam como modernizadores e parecem ser mais ideologias e utopias do que uma prática de relações sociais. Mas nos dois casos é indispensável unir prática e ideologia e reconhecer que as classes em presença, ao menos na medida em que o sistema político possui uma certa autonomia, formam movimentos sociais antagônicos, cada um possuindo um princípio de identidade, um princípio de oposição e um princípio de totalidade.

O campo de ação histórica não é somente definido pelos adversários. A *totalidade*, isto é, o sistema de ação histórica, possui uma autonomia mais ou menos grande.

No tipo de sociedade, onde a *ciência* define o modelo cultural, ela se encontra sempre colocada entre uma situação em que aparece como um ator autônomo, e uma situação oposta em que a orientação do conhecimento aparece determinada pelo estado das relações de classes.

Se nos limitássemos a uma ou outra das duas posições extremas, desapareceria a própria noção de campo de ação histórica e, portanto, de movimento social. No primeiro caso, os atores de classes nada mais seriam do que grupos de interesses situados no interior de uma organização social definida pela racionalidade científica; no segundo, só existiriam duas sociedades frente a frente e a existência da ciência desapareceria como na época do jdanovismo. Existe sempre uma certa autonomia dos atores que representam os elementos do sistema de ação histórica. Em nossa sociedade, os sábios, os organizadores, os professores, na medida em que fazem funcionar o modo meritocrático de hierarquização, os publicitários que manifestam e manipulam as "necessidades", não são absolutamente independentes da classe dominante; nem por isto deixam de ter uma certa autonomia de ação, ao mesmo tempo que relações entre eles, as quais traduzem as relações entre os elementos do sistema de ação histórica.

Eles intervêm no campo de ação histórica, não se identificando com nenhum dos dois movimentos sociais. De forma que a representação completa deste campo deve ser a seguinte:



Chamou-se de *I''* os movimentos sociais tais como aparecem aos agentes do sistema de ação histórica, os quais mantêm uma certa autonomia deste diante das pressões exercidas pelos movimentos sociais. Esses tendem simultaneamente a recusar a autonomia destes agentes, considerando-os como dependentes de seus adversários e a apoiar-se neles para limitar a pressão do adversário. O tecnocrata se queixa do cientista que se comporta como trabalhador e não se submete às exigências das grandes organizações, ao mesmo tempo em que recorre à ciência e às suas necessidades de investimento contra as reivindicações dos trabalhadores. Estes, por seu lado, recorrem também à ciência contra os interesses e as pressões dos tecnocratas que limitam o desenvolvimento da ciência, mas desconfiam dela, considerando-a como um instrumento a serviço dos poderosos. Só pode existir campo de ação histórica se o conflito dos atores não mutila inteiramente o sistema de ação histórica; ao mesmo tempo, este não pode se identificar diretamente com um conjunto institucional e organizacional, o que eliminaria o papel central dos conflitos de classes.

Em conclusão, o *objeto da análise sociológica nunca pode ser o próprio movimento social; deve ser o campo de ação histórica, do qual o movimento social é um dos atores*. O movimento operário nunca pode ser isolado da dominação

capitalista e da industrialização. É necessário ir ainda mais longe. A análise dos movimentos sociais supõe o encontro entre duas ordens separadas de observações. De um lado, as que tratam das *condutas sociais*, portanto das orientações dos atores, suas ações e suas reivindicações; de outro lado, as que tratam do *sistema das relações sociais e econômicas*, da natureza da acumulação e da dominação econômica. Não se pode estabelecer a existência de um sistema de ação histórica e das relações de classes unicamente a partir das condutas sociais e dos movimentos sociais; não se pode também conceber que um tipo de historicidade e de relações de classes não se traduza por uma certa consciência de classe, portanto por movimentos sociais.

O essencial é que os dois procedimentos estejam claramente e constantemente separados, de maneira a que um legitime o outro. É o reconhecimento dos movimentos sociais novos, cujos atores, lugares e temas são novos, que torna válida a análise da sociedade pós-industrial como um sistema de ação histórica diferente do que foi denominado sociedade industrial, e que correspondeu à primeira fase do grande movimento de transformação econômica e social do mundo moderno.

Mas nada pode dispensar o estudo da nova natureza dos fatores do crescimento, o papel das grandes organizações, da meritocracia, das novas orientações do consumo, dos novos centros de dominação social, das novas barreiras e fontes de desigualdade. A Sociologia se chocará com contradições e incoerências internas, enquanto as duas ordens de análise não forem renovadas de forma paralela. E lhe será difícil conseguir um sucesso total enquanto os próprios movimentos sociais não estiverem fortemente constituídos.

A interdependência destes dois procedimentos, a análise interna de um tipo de condutas coletivas e a análise sócio-histórica de relações de produção e de dominação, deve conduzir ao encontro da unidade da explicação sociológica. Pois é impossível considerar como distintas duas ordens de fatos sociais que seriam, uns objetivos, outros subjetivos, os economistas estudando os primeiros, enquanto a tarefa específica da Sociologia seria descrever as opiniões, as atitudes, as ideologias.

Foi dito anteriormente que as relações de classes são sempre, ao mesmo tempo, relações *econômicas* e uma posição social cujo conteúdo é inseparável do conteúdo do *sistema de ação histórica*, pois este não pode mais ser definido sem se recorrer diretamente a um tipo de acumulação, de trabalho sobre o trabalho e sem referência ao modelo cultural.

A natureza dos atores, o que está em jogo, e as formas de seus conflitos, as ideologias e as utopias dos movimentos não podem ser expressas nem em termos puramente econômicos, nem em termos de sistemas de valores. Um conflito de interesses econômicos tem mais condições de ser, inicialmente, a expressão de uma crise organizacional e não é necessariamente o sinal da presença de um movimento social. Os movimentos sociais questionam a historicidade de uma sociedade que é separável de um tipo de ação econômica, mas que não se reduz a uma forma de organização econômica. Os interesses defendidos pelos movimentos sociais são os de uma classe envolvida na luta pela dominação de uma historicidade, portanto de um modelo cultural, de uma forma de mobilização, de um tipo de hierarquização, de uma forma de necessidades. A luta se estende não ao conjunto do funcionamento de um sistema econômico, mas ao conjunto do sistema de ação da sociedade sobre ela própria.

A confusão pode aparecer em um tipo particular de sociedade, a sociedade industrial, cujo modelo cultural, cujo responsável meta-social, é econômico e parece, portanto, coincidir com o campo das relações econômicas. O movimento operário é o movimento popular por excelência deste sistema de ação histórica. Mas, mesmo neste caso, a luta não é puramente econômica e questiona o conjunto das orientações da sociedade. Se se considera os sistemas de ações históricas anteriores, a definição dos atores é dada pelos próprios elementos destes sistemas: assim, um movimento social pode ser conduzido por comunidades mais do que por categorias econômicas e atribuir-se orientações morais ou religiosas ou, ao contrário, situar-se diretamente num plano político. Inversamente, na sociedade pós-industrial, é do lado do que se denomina consumo, é em nome da identidade pessoal ou coletiva ao mesmo tempo que no centro dos grandes aparelhos de produção e de direção, e não em relação ao sistema de propriedade, que se formam os movimentos sociais. A diversidade dos conteúdos históricos não deve ser ultrapassada pela pesquisa de um conteúdo geral, propriamente econômico, mas pela análise dos mecanismos sociais gerais que se encontra em todos os sistemas de ação histórica e em todas as relações de classes. Longe de dever separar fundamentos objetivos e ideologia dos movimentos, deve-se concebê-los como formas de ação social, nas quais práticas e orientações nunca são separáveis.

Os movimentos sociais podem ser tanto menos reduzidos a um conflito de interesses como as relações entre os adversários não podem ser inteiramente definidas no presente. O campo de ação histórica é bem definido por uma análise sincrônica, mas ele é vivido por atores que se inclinam, *pelo próprio fato da dupla dialética das classes sociais, ao mesmo tempo na direção do passado e na direção do futuro*.

Uma classe popular assume uma posição defensiva. Ela se apóia sobre o que resiste à dominação da classe superior, sobre suas tradições, seus conhecimentos adquiridos, o colonizado resiste através de sua língua, sua organização familiar, seus costumes. O operário é protegido por uma "cultura popular". A contestação, ao contrário, é uma luta contra a apropriação da historicidade por uma classe dominante carregada também de herança e, sobretudo, associada a antigas classes dominantes, luta conduzida na direção de um futuro que deve permitir a plena realização do sistema de ação histórica mutilado e paralisado pela classe superior. Não existe movimento social que não uma estes dois movimentos aparentemente opostos. Enquanto a classe dirigente convida a classe popular a se "modernizar", a se adaptar ao presente, a abandonar todas suas formas de resistência à mudança, pelo movimento social esta se apóia sobre o passado para se lançar na direção de um futuro que deve abolir a dependência presente.

A classe dirigente não age diferentemente. Ela também quer construir um futuro em nome do passado do qual ela retira sua posição eminente e do qual ela quer assegurar a sucessão. A cada instante esta oscilação do passado ao futuro pode se interromper. A classe popular pode tornar-se somente defensiva, ou somente contestatória, e a classe superior somente dominante ou somente dirigente. Mas, neste momento, os movimentos sociais desaparecem e a análise dos atores pode e deve ser conduzida em termos tais que não intervenham nem o sistema de ação histórica, nem as relações de classes.

Reconhece-se um movimento social porque *ele fala ao mesmo tempo em nome do passado e em nome do futuro*, e nunca somente no interior das categorias da organização social presente. Eis porque cada um faz renascer os sistemas de ação

histórica e as classes sociais passadas, ao mesmo tempo que anuncia os do futuro. O desaparecimento dos responsáveis meta-sociais religiosos ou estatistas da ordem social não impede que temas religiosos e políticos alimentem a ação dos movimentos sociais nas sociedades industriais ou pós-industriais. Não se pode ver aí a manutenção de elementos arcaicos em comportamentos modernos e, ainda menos, o sinal de uma permanência das orientações das condutas humanas, mas um aspecto essencial da própria natureza das relações de classe e de sua dupla dialética.

Pressionado entre o conflito e um projeto de sociedade, entre as duas orientações da classe da qual é o agente, desmembrado pela alienação, dissolvido no envolvimento com reivindicações e pressões, o movimento social não domina a vaga dos acontecimentos de seus princípios, de sua organização e de seu discurso. Mas seu papel é central na história e seu estudo se situa no coração da sociologia da ação.

Ele está bem afastado da obra dos que R. Barthes chamou os logotetas, os inventores de línguas (*Sade, Fourier, Loyola*, Paris, Ed. du Seuil, 1971). Estes separam, ordenam, combinam num espaço fechado onde eles próprios se fecharam. Um movimento social, ao contrário, fala aos quatro ventos. Polemiza com ele próprio e com seus adversários, lembra o passado e profetiza o futuro. Mesmo quando ele é o mais utópico, está imerso na durabilidade. Quanto mais é considerado, tanto menos o funcionamento de uma sociedade aparece dominado por princípios ou códigos. A sociedade está engajada na sua historicidade, na produção de si e esta obra nunca é realizada por um centro de decisão, mesmo se o Estado parece todo-poderoso ou a classe dominante hegemônica. O sentido da ação histórica só se percebe através do barulho e do furor, através dos conflitos de classe, eles próprios abafados pela repressão, pela propaganda e pela boa consciência da classe dirigente.

O que se chama movimento social, nada mais é do que o aparecimento, no reino dos acontecimentos, das forças sociais, umas submersas nas categorias da prática social e as outras freqüentemente presas no silêncio e no proibido. Não é fácil para a História e para o sociólogo restituir a palavra dos que nunca a tiveram, dos que não gravaram inscrições, lembranças e manuscritos, daqueles cujos arautos foram enforcados, crucificados ou consumidos por privações sem que nenhum memorialista o relate. Daí o interesse dos mergulhos, hoje possíveis, na história dos colonizados, de suas recusas, de suas revoltas, de seus sonhos.

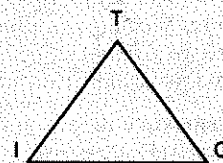
A sociedade só aparece como uma maquinária dirigida e controlada por um piloto para aqueles que só a vêem através do posto do piloto e que aceitam *a priori* a definição que este dá da situação. Eu a vejo, ao contrário, como ao mesmo tempo unificada *pelas orientações da historicidade* — que não são nunca identificáveis com um poder — e *dilacerada pelos conflitos e as contradições*; suas mudanças e seus acontecimentos não podem ser separados da imensa zona *de sombra* na qual se passa a vida da maioria e da qual só saem para lançar, como personagens de Goya, gritos de terror, de cólera ou de esperança.

c) A alienação

A imagem que foi dada do campo de ação histórica não está ainda completa. Os movimentos sociais abordados, o da classe superior e o da classe popular, ou de alguns de seus elementos, não estão em pé de igualdade, não estão na situação de dois cavaleiros defrontando-se num torneio. A situação de conflito é também, e primeiramente, uma relação de *dominação*. A relação dos atores é assimétrica.

Daí resulta que a classe popular, submetida ao domínio da classe superior, é alienada, isto é, submetida a uma *participação dependente*. Os seus membros são levados a agir de acordo com os interesses e a lógica da ação da classe superior.

Em conseqüência, um movimento popular não pode se apresentar nunca diretamente sob a forma:



Ele é sempre marcado pela *tensão entre a consciência alienada que reproduz o objetivo da classe superior e uma vontade de ruptura*, que identifica os interesses populares com o sistema de ação histórica, rejeitando o adversário cuja ligação com o sistema de ação histórica é recusada.

A alienação é o desabrochar da consciência individual ou coletiva, submetida à atração contraditória da participação dependente e da consciência de classe. A primeira impede considerar a sociedade como um conjunto de relações sociais e impõe a imagem de uma ordem moral, à qual se deve adaptar para não se tornar culpado. A segunda impede esta adaptação e produz a recusa na falta de conflito. Isto envolve a consciência alienada em um isolamento que só pode ser destruído pela agressão contra a ordem estabelecida.

A consciência popular pode ser dominada pela alienação; é o que acontece quando não se forma um movimento social. Este não deve lutar somente contra o seu adversário, mas antes de tudo contra a apatia ou, ao contrário, a excitação dos seus membros. Mas a existência do movimento social é tão "normal" quanto a da alienação e nada é mais perigoso do que supor uma classe popular incapaz de agir por ela mesma, senão de maneira alienada.

Se se admite que a classe popular é inteiramente alienada e que a sua ação só pode ser orientada de fora, e se se acrescenta que tal ação repousa sobre a não-correspondência da classe superior com o sistema de ação histórica e, portanto, mais simplesmente com as forças de produção, tudo se passa de fato como se a *intelligentzia*, que dá de fora o seu sentido à revolta das "massas", não seria nada mais do que uma nova classe dirigente, procurando deslocar a antiga e se identificando ela própria, como toda classe dirigente, com a historicidade. A existência dos movimentos sociais é negada e praticamente combatida. Os que falam em nome dos interesses do povo estabelecem o seu poder sobre os escombros do poder da antiga classe dominante. Assim, a burguesia substituindo a aristocracia; assim, a tecnocracia, no Leste como no Oeste, substituindo-se à burguesia capitalista, às vezes em nome dos interesses do povo. Daí resulta a oposição de movimentos "esquerdistas", isto é, a reação do movimento social confiscado pelos novos agentes de dominação social e econômica.

A análise em que repousa a ação destes novos dominadores não é aceitável, pois ela passa, sem razão, do fato incontestável da alienação à afirmação infundada de que a consciência popular se reduz à alienação.

Poder-se-ia primeiramente observar que a alienação não tem mais possibilidade de atingir a "massa" do que a *intelligentzia*. Os que sofrem mais diretamente a alienação não se incorporam mais facilmente do que os intelectuais ao objetivo do adversário, pois a formação destes e as formas de sua conduta social estão freqüentemente mais próximas daquelas da classe superior.

Mas, sobretudo, identificar a consciência popular com a alienação corresponde a esquecer que o *trabalhador não se define inteiramente pela sua posição nas relações sociais de dominação, mas participa também diretamente nas forças de produção e em todos os elementos do sistema de ação histórica, o que lhe permite combater a apropriação do sistema de ação histórica pela classe dominante.*

A consciência de classe e o movimento social nunca são inteiramente induzidos nas classes populares. É possível que o estado das instituições e do controle social impeça a organização do movimento social e a expressão do conflito. Nunca é verdade que esta fraqueza abranja a renúncia e a integração completa no projeto da classe dirigente. Tal integração só pode aparecer no caso de trabalhadores que não constituem mais — ou ainda — a classe dominada correspondente à classe superior efetivamente no poder. É, com efeito, ilusório procurar localizar um movimento social numa categoria profissional que correspondeu a uma classe em um outro tipo de sociedade. Os operários são a classe operária na sociedade de industrialização; eles não são o centro da classe popular em qualquer tipo de sociedade e, em particular, numa sociedade pós-industrial. Mas, no próprio movimento em que se enfraquece um certo tipo de movimento social e de conflito, outros se formam, de maneira que o tema "o fim das ideologias" e, conseqüentemente, o do desaparecimento dos movimentos sociais nunca é aceitável.

Inversamente, as teses espontaneístas não correspondem melhor à realidade. Um movimento social não se identifica com uma experiência vivida. É, simultaneamente, luta contra a alienação e superação das reações à crise organizacional ou ao bloqueio institucional. Este duplo esforço supõe um esforço de abstração, de análise e de organização, portanto de descompasso entre o movimento social e a experiência.

Se o peso da dependência e da alienação, da dispersão ou da ignorância não impede um movimento de nascer, ao menos pode desmembrá-lo. Este desmembramento lembra primeiro que um movimento não é um pensamento e uma consciência, pois é preciso reconstruí-lo a partir de personagens e de grupos isolados ou opostos. Um movimento camponês levanta a classe dos camponeses sem terra contra os oligarcas ou os donos da terra, mas há freqüentemente uma imagem vaga da unidade nacional ou do progresso econômico em direção dos quais se orienta. São as outras categorias, a *intelligentzia*, os funcionários, o *petit peuple* urbano que completam este movimento truncado, que são mais sensíveis ao tema nacional como à luta contra os oligarcas, mas lhes falta, freqüentemente, a potência de defesa de classe dos camponeses explorados. Às vezes estas categorias são unicamente uma vanguarda que transforma a sua ação política em uma revolução agrária, como no caso cubano; às vezes, ao contrário, elas se inclinam mais para uma nova burguesia; às vezes ainda, uma aliança populista se forma entre os dois movimentos particulares; pode acontecer que a onda revolucionária se divida mais brutalmente, como no caso mexicano, e que a nova elite dirigente, nascida da revolução, se instale no poder depois de se desfazer dos dirigentes revolucionários camponeses.

A unidade da análise não é, portanto, em geral uma organização ou a ação conduzida por um homem ou por um grupo. O movimento é mais freqüentemente um espelho quebrado do que uma vontade consciente e organizada. Mas as contradições e as lutas internas só podem ser compreendidas referindo-se ao próprio movimento, definido mais abstratamente, não como uma subjetividade coletiva ou pessoal, mas como um ator do drama histórico, ator definido ao mesmo tempo por uma força social, pela luta contra um adversário e pelo esforço para controlar o desenvolvimento social.

Isto conduz mais uma vez à dupla dialética das classes sociais. A classe superior é dirigente e dominante ao mesmo tempo, ela gere o modelo cultural e a organização da sociedade; ela submete também toda a sociedade aos seus interesses particulares. A classe popular é simultaneamente defensiva, porque participa de modo dependente da atividade econômica e progressista porque contesta a identificação do sistema de ação histórica com os interesses e a ideologia da classe dominante. Sem este progressismo não pode haver movimento social. Mas este só se desenvolve triunfando sobre a alienação da dependência interiorizada. Num país colonizado ou dominado por uma economia estrangeira, exerce-se um forte "efeito de demonstração", fonte de alienação, mas esta é combatida pela vontade de desenvolvimento e de independência nacional, que é o próprio princípio dos movimentos sociais nacionalistas. Paralelamente, tal movimento pode ver na classe ou na nação dominante apenas um explorador. Se esta visão do adversário é exclusiva, o movimento periclitá, fecha-se sobre o apelo mais ou menos artificial a uma autenticidade nacional e se torna regressivo. O movimento se forma apenas no caso de escapar à oposição do tradicional autêntico e do moderno destruidor, se visa a uma *reapropriação nacional das forças do desenvolvimento*, e, em particular, dos instrumentos de produção e de transformação social e cultural introduzidas pelo dominador. A oposição dos escravófilos e dos ocidentais é um debate de intelectuais. Enquanto não for superada não se forma um movimento social; foi assim desde o movimento populista e mais ainda com o movimento socialista.

d) *As formas de decomposição dos movimentos sociais*

Um movimento social pode se transformar seja em *transmissor de valores*, seja em *transmissor de contradição*.

Se preponderar o par *I-O* sobre *T*, não se pode mais falar de movimento social. Os atores em oposição podem ser definidos de várias maneiras, seja pela sua posição relativa no sistema social (os ricos contra os pobres), seja pela sua influência no sistema de decisão (os dirigentes contra os dirigidos). Se se quer ir além destes níveis de análise organizacional ou institucional, o conflito deve ser definido não como oposição de dois grupos, portanto de duas orientações de ação, mas como a contradição presente no sistema social, e mais concretamente no modo de produção.

Com efeito, só é possível analisar as orientações da ação referindo-se a um sistema com conteúdo. Se se quiser escapar do sentido do sistema organizacional e do sistema institucional e não se quiser introduzir o sentido do que chamo sistema da ação histórica, o conflito só pode ser definido fora de toda referência aos atores, em termos de estrutura de produção.

A noção de movimento social torna-se então inútil e perigosa. Modo de análise que convém ao estudo da explosão de um sistema de contradição mas que não me permite perceber como pode introduzir a noção de consciência de classe.

Só pode conduzir a uma transformação das relações sociais em relações militares e da análise sociológica em arte política.

Inversamente, se T prepondera sobre a oposição I-O, a ação se refere a um sistema de normas e de valores ou, ao menos, a um campo de decisão, e define o ator e o seu adversário pelas suas posições relativas no interior deste sistema ou deste campo, como, por exemplo, é o caso da maior parte dos imigrantes nos Estados Unidos, na medida em que procuram se integrar no sistema social, chocando-se com a resistência dos estratos étnicos superiores, mas não reconhecendo a existência de um conflito central.

É preciso, portanto, distinguir entre um movimento social e as condutas coletivas, aliás próximas dele, pelo simples fato de que elas não podem ser reduzidas a reações, a uma crise organizacional ou a pressões institucionais.

1) De um lado, um movimento social é muitas vezes associado a condutas de inovação social e cultural.

Este tema não pertence propriamente a um movimento social. Não somente pode traduzir apenas uma crise organizacional, mas pode, sobretudo, no nível mesmo do campo da historicidade, ser dissociado de um conflito social. O cientificismo e o positivismo acompanharam os movimentos sociais do século XIX sem se confundir com eles. Tais orientações sociais e culturais não constituem a ideologia de um movimento social particular. Elas indicam, talvez, um novo modo de organização, de construção do campo cultural e social.

Este último não está ligado a uma classe; define o campo onde as classes combatem. As inovações sociais e culturais que expressam a constituição deste campo podem provir de todos os atores "modernos", seja qual for o seu campo.

A inovação desempenha um papel tanto mais importante em um movimento social quanto mais este estiver privado de ação conflituosa prática. Ele se torna, portanto, reflexivo, desenvolve-se no imaginário mais do que na política e então une intimamente a inovação e a ideologia. Participa na construção de um campo social e cultural novo. É assim que nos países anglo-saxões, muito mais do que na França ou no Japão, o movimento estudantil, politicamente fraco, é mais inventivo, mais inovador culturalmente.

Esta inovação cultural só está ligada a um movimento social se é polêmica, quando se choca com mecanismos de reprodução cultural alimentados pela classe dominante. Desafia então a família, a escola, as leis. Faz *escândalo*. O seu papel é ainda mais central se provocar uma crise do sistema de ação histórica, atrás da qual aparece mais ou menos diretamente um conflito de classes. Na sociedade pós-industrial o apelo ao prazer entra em oposição com a orientação no sentido da ciência, e como esta é controlada pela classe dirigente, o primeiro está mais próximo de um movimento popular. Mas tal ligação é sempre parcial e frágil. A classe popular fica na defensiva e quanto mais as condutas podem se exprimir em termos de modernização, tanto menos ela é sua portadora, pois participa menos diretamente da escolha de uma mudança social.

A inovação protestatória é assim conduzida a substituir um apoio social cujo apelo lhe falta por princípios de grande força de crítica social, mas ao mesmo tempo socialmente indeterminados. O apelo ao espontaneísmo, ao desejo, à expressão, às necessidades fundamentais não constitui o campo de um conflito; procura antes atacar de fora a ordem estabelecida, em nome de um ator social que não pode ser nomeado. Conduta *utópica* pura, da qual são portadores *agentes cuja posição de*

classe é ambígua ou indefinida e que corresponde simultaneamente a uma crise cultural e à articulação de um novo sistema de ação histórica, estes dois níveis da análise se reencontram diretamente por cima da ausência de referência às relações de classe e às relações políticas.

É comum esta inovação crítica se desenvolver em uma situação pré-revolucionária ou de crise social e cultural, mas se chocar contra um movimento social e popular e, mais ainda, contra a ação dos partidos que a este transformam em ação no nível do Estado. Isolada, ocupa portanto uma posição duplamente marginal. De um lado, é "recuperada" pela classe dirigente que articula a mudança; de outro lado, só reaparece no "esquerdismo", nas tendências do movimento social opostas à sua institucionalização ou à sua confusão com o Estado.

Essas ligações e essa separação, sobretudo cultural, do movimento social e da inovação se traduzem frequentemente pela *situação ambígua dos intelectuais* e, na França em particular, dos que são chamados de intelectuais de esquerda, dispondo de importantes meios de expressão. Situação ambígua porque está ligada ao mesmo tempo às tendências modernizadoras da classe dirigente e à reivindicação cultural de movimentos de oposição. Basta a eclosão de uma crise social para que esta categoria corra o sério risco de ser dilacerada e de explodir, pois quando se julga politicamente militante, situa-se mais no nível da inovação do que no nível do conflito.

Como o sociólogo não seria hoje sensível a esta ambigüidade, que comanda sua situação profissional? Ele é a todo instante atacado pelos movimentos sociais, pelos tecnocratas de um lado, pelos grupos revolucionários de outro. E, no entanto, uns e outros se referem cada vez mais às suas análises e ele próprio sabe que seu papel principal é o de permitir o aparecimento dos conflitos sociais, definindo-lhes o campo e revelando o que está escondido pelas utopias e as ideologias da classe dominante.

2) Passemos agora à fronteira oposta dos movimentos sociais, onde prevalece o *conflito* sobre a referência ao campo do conflito. O enfraquecimento do princípio da totalidade provoca a fragmentação dos conflitos. Não são mais as classes que se chocam em um conflito societal, mas *categorias sociais particulares* que desenvolvem um combate, cheio de significação de classe, mas também de reação à crise e de pressão institucional.

A análise dos movimentos sociais seria demasiadamente restrita se não considerasse estes movimentos particulares, limitados, confusos, mas no entanto importantes.

Nos Estados Unidos de hoje não existe nenhum movimento social comparável ao movimento operário do início do século XX. No entanto, o movimento negro, o dos estudantes, o dos mexicanos-americanos ou dos indígenas, o das mulheres não são reações nem a uma crise, nem a grupos de pressão (como foi por exemplo a N.A.A.C.P., que clamava pelos princípios da constituição para obter a igualdade de direitos para os Colored People).

Talvez estes movimentos particulares venham a se unir num movimento geral, questionando diretamente a classe dirigente e os seus instrumentos de dominação e não mais somente o papel dos brancos, dos homens, dos "novos mandarins", etc.

Mas, desde agora se trata de movimentos sociais, limitados somente pela ausência de reconhecimento do objetivo geral do conflito em que se envolvem. A afir-

da organização social na lei do lucro, definido como a expressão das relações sociais, mas reduzido a um mecanismo econômico.

No momento em que o crescimento econômico é essencialmente determinado pela acumulação do capital e pela quantidade de trabalho colocada à disposição do mercado capitalista, surge o tema de uma *lógica própria do sistema econômico*, que pode ser analisada tanto sincronicamente quanto diacronicamente. O que são, portanto, os movimentos sociais populares, senão a expressão das contradições e das crises do sistema econômico, ao mesmo tempo que o apelo tanto a uma gestão racional da produção como a uma satisfação das necessidades humanas? Estes apelos remetem sempre a algo além do regime social, realidade que pode tanto atingir a ciência como o reconhecimento do desejo e das necessidades dos indivíduos ou dos grupos. Isto corresponde, na prática da maior parte dos marxistas, a explicar a forma e o conteúdo de um movimento social pelo estado do sistema de dominação econômica que enfrenta. É o imperialismo, é a crise geral do capitalismo que situam e definem os movimentos sociais. E o sentido destes só pode aparecer para quem possui os instrumentos de uma análise científica do capitalismo. Conseqüentemente, o sentido verdadeiro de um movimento social só pode provir da sua transformação numa força propriamente política. Um movimento social é o parceiro de uma nova sociedade liberada das contradições da sociedade anterior.

Estes dois elementos de análise estão ligados: a explicação é dada pela análise do sistema econômico e não do próprio movimento social, sendo que este é um instrumento de criação da sociedade futura, de superação da sociedade onde se forma, definida pelo seu modo de dominação econômica. Daí a alternância e a combinação de um voluntarismo orientado para uma sociedade sem classes, ao mesmo tempo humana e racional, e de um determinismo que conduz a analisar os movimentos sociais como expressões das contradições do sistema econômico.

A concepção dos movimentos sociais que apresentei é muito diferente. *Ela não se expressa em termos de contradições, mas de conflitos*. Não opõe a sociedade do futuro à do presente. Não isola as relações de classe da historicidade de uma sociedade. As classes em presença estão em luta pelo controle de um sistema de ação histórica. Um movimento popular não é mais analisado como o agente de uma sociedade futura, mas como o campeão de um *contramodelo de sociedade colocado no mesmo campo de historicidade do modelo dominante*.

Todo movimento social, seja de uma classe dirigente ou de uma classe dominada, contém em si a *utopia* da sociedade transparente e racional, *sociedade sem classes*, certamente marcada por tensões e oposições, que permanecem sempre interiores a um modelo racional e humano de organização social. A análise não deve considerar por sua conta estas representações. Pode-se imaginar uma sociedade sem classes; é uma sociedade sem acumulação concentrada, uma sociedade cuja transformação e cujo funcionamento se confundem. Sociedade fundada sobre a procura dos equilíbrios, não do desenvolvimento. Mas uma tal concepção, por mais importante que seja, não pode seguramente servir para a análise dos movimentos sociais formados nas sociedades industriais ou pós-industriais atuais que são, entre todas as sociedades conhecidas, as que retiram a maior parte do seu produto do consumo para consagrá-la ao investimento, o que supõe um poder econômico e social concentrado, planejador, organizado nos aparelhos que controla e manipula, domínios cada vez mais amplos da vida social.

Se os movimentos sociais se definem no interior de um tipo de sociedade, a dissociação entre o estado de dominação e os objetivos de liberação desaparece; a sociedade não é mais representada como sendo movida exclusivamente pela lógica de um modo de dominação. Isto é salientado pelo conceito central da dupla dialética das classes sociais.

Na sociedade industrial o operário é ao mesmo tempo *proletário e produtor*. Ele participa na historicidade, mesmo que a classe dominante imponha sua marca sobre a sociedade. Isto leva a dizer que os movimentos sociais, tal como foram definidos, só podem existir *na medida em que as instituições políticas possuem uma certa autonomia*, não são reduzidas a correias de transmissão de uma dominação social, e se no nível da organização social a marca dos valores e da ideologia da classe dominante é limitada pela resistência e *autonomia* da atividade técnica e pela oposição dos próprios trabalhadores.

Não podem existir movimentos sociais numa sociedade totalitária; suas transformações só podem provir de suas contradições internas ou de seu conflito com outras sociedades. Mas aí se trata de uma situação extrema, embora real, mas que não é definível unicamente no nível da dominação social e das relações de classes, se bem que seja possível e necessário estudar os movimentos sociais nas sociedades de classes, como são todas as sociedades industriais e pós-industriais conhecidas, mas onde existe uma certa autonomia do sistema político e dos sistemas organizacionais. Mais uma vez, este tipo de análise não quer dizer que o conflito das classes é limitado e que existe um domínio comum de interesses ao mesmo tempo que campos de conflitos. Afirma-se, o que é muito diferente, que *não há conflito sem comunidade do que se opõe* e sem a participação de todos nos elementos do sistema de ação histórica. Esta participação pode ser inteiramente conflitual, isto é, as classes presentes se opõem defendendo formas sociais opostas de cada um dos elementos do sistema de ação histórica.

É somente nesta perspectiva que a *análise dos movimentos sociais não tem de procurar explicações em um outro plano — seja moral, político ou econômico —; cada um destes recursos tradicionais, fazendo apenas transcrever a natureza do modelo cultural, a existência de fiadores meta-sociais da estrutura social nas sociedades, onde a capacidade de uma sociedade se transformar pelo investimento é muito limitada para que a criatividade possa ser apreendida como o jogo direto das relações de classes*.

A presença constante dos movimentos sociais populares conduz à recusa da idéia de que seu sentido histórico só lhes pode ser dado de fora. É sem dúvida impossível defender uma tese espontaneísta que esqueceria o caráter dominante da classe superior e o fato da alienação; mas é também impossível afirmar que só um instrumento político, apoiado em uma teoria científica da história, é capaz de conduzir o movimento social além da reivindicação reformista e do esforço por uma melhor integração social.

Mais além das discussões utópicas e ideológicas sobre o espontaneísmo e o papel dirigente do partido, aparece nitidamente a dupla situação de todo movimento popular, *tanto submetido a uma dominação, quanto elemento essencial de um conflito aberto para o controle da historicidade*.



mação de si e a oposição à ordem estabelecida dão paradoxalmente a estes movimentos uma "consciência" mais viva deles próprios do que a consciência alcançada pelos movimentos sociais gerais mais diretamente envolvidos na dialética das classes sociais.

Enquanto as tendências inovadoras não são socialmente conscientes, os movimentos sociais particulares se organizam em torno da afirmação de uma identidade coletiva, de uma vontade e de uma organização.

Mas esta visibilidade esconde freqüentemente a decomposição do movimento social. Reduzido à sua dimensão conflitual, transforma-se em pressão institucional ou em manifestação de uma crise do sistema de ação histórica.

A força de uma ação protestatória é muitas vezes apenas um meio de pressão para obter mais influência e a modificação de decisões políticas. Inversamente, um questionamento global da sociedade pode indicar uma reação de defesa à incoerência do sistema de ação histórica. O afrontamento direto nos dois casos pode levar a crer na presença de um movimento social muito profundo; de fato, só abrange condutas coletivas de um tipo bem diferente, o que não deixa de ser provado pelo desabamento ou pela transformação brusca do movimento de protesto.

Tais são as duas vertentes opostas dos movimentos sociais, mas convém menos opô-las do que ligá-las, pois não há movimento social que não seja ao mesmo tempo consciência de si e instrumento da "natureza das coisas".

Antes de ir mais além na análise dos movimentos sociais, convém salientar uma vez mais tudo que separa um movimento social das condutas de crise. Existem movimentos políticos importantes, alguns se apoderando do poder político, e que parecem mais próximos dos movimentos sociais, tais como os descrevemos, do que das condutas de crise evocadas no início deste capítulo.

Os movimentos fascistas não falam em nome do povo, não se opõem à oligarquia ou à plutocracia, não visam a um desenvolvimento nacional, não contêm afinal, como todo movimento social, os elementos *I, O e T*?

Formalmente sim, mas a analogia desaparece se se lembra a definição dada a esses elementos e às suas relações.

O princípio da totalidade foi definido como a referência ao sistema de ação histórica, portanto ao campo da historicidade, às pressões "naturais" de uma sociedade. Ora, um movimento fascista tem como princípio de totalidade o inverso, ou seja, os direitos e os valores de uma coletividade nacional ou étnica. Exalta o Volk, a integração, a ascrição (cf. J.P. Faye, *Langages totalitaires*, Paris, Hermann, 1972). Em consequência, não se define como o termo de um conflito, mas como a expressão dos "in" e a força que deve expulsar ou suprimir os "out". Isto implica em definir a *identidade* do ator não como uma força social particular mas com uma totalidade.

Parte, portanto, da consciência de uma crise que atinge a organização social, denuncia responsáveis que não define pela análise do seu papel econômico ou social mas pela sua perniciosidade natural e seu caráter estrangeiro, a fim de restaurar a pureza e a unidade do corpo social. Um movimento fascista não é um movimento social de direita, oposto aos movimentos de esquerda. Trata-se, ao contrário, da absorção da contestação social e da pressão institucional pelas condutas de crise. Pode-se facilmente extrair os temas "populares" dos movimentos fascistas, seja do nacional-socialismo, seja de movimentos menos importantes como o falangismo ou o poujadismo. Uma crise provoca reações de defesa, so-

bretudo nos estratos médios onde a situação de classe é a mais confusa, que tomam a forma de rejeição das minorias, privilegiadas ou não, mas que são apenas de fato denunciadas pelos mecanismos irracionais dos preconceitos, da procura do bode expiatório, da procura de integração de uma unidade que, não tendo nenhum conteúdo real, é levada necessariamente a se reduzir à adesão ao próprio movimento e ao seu líder.

Não se trata aqui de subestimar a importância de tais *movimentos de crise*, que marcaram tão dramaticamente a Europa contemporânea, mas de afastá-los do campo da nossa análise. Não constituem uma espécie particular de movimentos sociais; são de uma outra natureza e os instrumentos de análise propostos para o estudo dos movimentos sociais não se aplicam a eles. É preciso resistir à tentação de considerá-los essencialmente como o instrumento da classe dirigente. Que eles se desenvolvam numa sociedade de classes e que as classes dirigentes possam apoiá-los contra a ameaça dos movimentos populares é um fato da experiência, mas que não justifica de nenhum modo que se esqueça do essencial, ou seja, de que se trata de uma convulsão da sociedade em crise e não a expressão de um conflito para o controle do desenvolvimento social.

e) *Nascimento de uma sociologia dos movimentos sociais*

O conceito de movimento social não é separável dos de sistemas de ação histórica e de classes sociais e, portanto, também da situação histórica que permite a formação de uma análise propriamente sociológica. Essa supõe que as condutas sociais são explicadas por elas próprias e não pelo recurso a uma outra ordem de fatos. Tal é a novidade — que se aceita ou rejeita — do conceito de movimento social.

Muito além da nossa análise se encontra aquela que vê nos movimentos a expressão das paixões humanas, das virtudes e dos vícios, encarnados em um herói ou em um demônio. Tal explicação está de acordo com um sistema de ação histórica, mas o sujeito da história é definido além de uma prática social, de maneira antropomórfica. As condutas sociais são então captadas apenas como condutas morais.

Depois vem uma análise propriamente política. Os movimentos são definidos em relação às instituições que atacam ou que defendem. Lutam por uma legitimidade; visam ao poder, reduzindo-o ao Estado.

O que aproxima estes dois modos de análise é que eles definem o movimento social pela referência a uma ordem e não pela referência a relações sociais.

A perspectiva muda quando se penetra nas sociedades industriais, porque o modelo cultural toma a forma de um instrumento de transformação da prática social. Que se chame progresso ou desenvolvimento, não está mais separado da ação econômica. Em consequência, as relações de classe não são mais a oposição do trabalho e do não-trabalho, mas a oposição de atores econômicos.

O conceito de movimento social, entretanto, não nasce com a industrialização. Só pode aparecer mais tarde. A sociedade de industrialização capitalista reconhece ainda fiadores meta-sociais da ordem social. Esses fiadores são econômicos — o mercado — e não mais religiosos ou políticos: mas opõem-se a que a realidade social seja diretamente analisada como o produto das relações sociais. Os ideólogos da classe dirigente falam somente da liberdade de empresa regulada e sancionada unicamente pelas leis do mercado, devendo triunfar contra a rotina dos interesses adquiridos ou contra as "superstições". Os ideólogos da classe popular invertem esta perspectiva e descobrem a razão de ser das leis econômicas e